



ACÓRDÃO Nº 400/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 913/2012.**
Apensos: Processos nº 2709/2011, 2188/2011, 3908/2016, 4657/2010, 2286/2011 e 5055/2011.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anuais.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Advogado:** Miqueias Matias Fernandes Junior - OAB/AM Nº 9958, Miquéias Matias Fernandes - OAB/AM Nº 1516, Silvano Amorim de Almeida - OAB/AM Nº 4002 e Carlos Alberto Aquino Oliveira - OAB/PE Nº 4147.
- 6- **Responsável:** Sra. Waldívia Ferreira Alencar
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP/DICAD-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 489EX/2017-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA. Exercício de 2011.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Prazo.
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anuais da Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA, referente ao exercício de 2011, de responsabilidade da Prestação de Contas do **Sra. Waldívia Ferreira Alencar**, nos termos do art. 22, inciso III, alínea c, e do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência dos atos praticados com grave infração à normal legal e demais impropriedades que resultaram danos ao erário;
- 10.2- **Considerar em Alcance**, solidariamente, a **Sr(a). Waldívia Ferreira Alencar** e a **empresa Conserge Construções e Serviços Gerais Ltda** no valor de **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais), nos termos do art. 25 da Lei nº 2423/96 c/c inciso I do art. 190 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, que deve ser recolhido, no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, em razão da restrição nº 6.2 do Processo nº 4657/2010, referente ao Contrato nº 049/2010 (Relatório Conclusivo nº 239/2016-DICOP);
- 10.3- **Considerar em Alcance**, solidariamente, a **Sra. Waldívia Ferreira Alencar**, o **Sr. Arthur Gabriel Gonçalves Neto**, engenheiro fiscal da SEINFRA, e a **empresa WP Construções, Comércio e Terraplanagem Ltda** no valor de **R\$ 394.775,22** (trezentos e noventa e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos), nos termos do art. 25 da Lei nº



ACÓRDÃO Nº 400/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

2423/96 c/c inciso I do art. 190 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, que deve ser recolhido, no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, em razão da restrição nº 6.11 do Processo nº 2286/2011, referente ao Contrato nº 006/2011 (Relatório Conclusivo nº 239/2016-DICOP);

10.4- Considerar em Alcance, solidariamente, a **Sra. Waldívia Ferreira Alencar** e a **empresa Concremat Engenharia e Tecnologia S/A** no valor de **R\$ 1.110.459,35** (um milhão, cento e dez mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos), nos termos do art. 25 da Lei nº 2423/96 c/c inciso I do art. 190 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, que deve ser recolhido, no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, em razão da restrição nº 6.3.1, referente ao Contrato nº 010/2011 (Relatório Conclusivo nº 239/2016-DICOP);

10.5- Aplicar Multa à Sra. Waldívia Ferreira Alencar no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), nos termos do inciso III do art. 54 da Lei nº 2423/1996, valor atualizado pela Resolução nº 25 de 30/08/2012, em razão das Restrições nºs 6.2 do Processo nº 4657/2010 (Contrato nº 049/2010), 6.11 do Processo nº 2286/2011 (Contrato nº 006/2011), e 6.3.1 (Contrato nº 010/2011), constantes no Relatório Conclusivo nº 239/2016-DICOP, consideradas não sanadas no voto e que resultaram dano ao erário, que deve ser recolhido, no **prazo de 30 dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE (Código nº 5508);

10.6- Aplicar Multa à Sra. Waldívia Ferreira Alencar no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), nos termos do inciso II do art. 54 da Lei nº 2423/1996, valor atualizado pela Resolução nº 25 de 30/08/2012, em razão das Restrições nºs 26.1.1, 27.1.1, 28.1.1, 22.1.1, 3.1.1, 4.3.1, 4.3.2, 6.3, 6.4, 7.1.1, 9.1.1, 10.1.3, 10.2.2, 11.1.1, 12.1.1, 13.1.1, 14.1.1, 15.2.2, 16.2.3, 17.1.2, 18.1.1, 19.1.2, 20.1.2, 6.2, 6.3, 6.4, 6.6, 6.9, 6.10, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11 e 6.3, constantes no Relatório Conclusivo nº 239/2016-DICOP; e Restrições nºs 4, 10, 11 e 12 do Relatório Preliminar nº 01/2013-DICAD/AM e do Relatório Conclusivo nº 14/2018-DICAD/AM, consideradas não sanadas no voto, que deve ser recolhido, no **prazo de 30 dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE (Código nº 5508);

10.7- Recomendar à Secretaria de Estado de Infraestrutura - Seinfra, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:

10.7.1 - nos próximos orçamentos de contratação de serviços técnicos especializados de engenharia, explicitar os serviços objetos do contrato como custo direto na planilha, quer sejam: Mobilização de Escritório, Estudos Preliminares (Topográficos, Ambientais, Hidrológicos, Geotécnicos), Relatórios Mensais, Trimestrais, Projetos Executivos (Projeto Geométrico, Projeto de Macro e Micro Drenagem, Projeto de Saneamento, etc), Levantamentos de Campo, entre outros, com os respectivos homens-hora, materiais e equipamentos compondo tais serviços;



ACÓRDÃO Nº 400/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.7.2** - cumpra na íntegra a Resolução TCE/AM nº 04/2016;
- 10.7.3** - preencha corretamente os dados encaminhados via sistema e-Contas, evitando, com isso, interpretações errôneas pelo Controle Externo e em consequência, pelo Tribunal de Contas em inspeções ordinárias;
- 10.7.4** - Observem o lançamento de informes dos Editais de Licitações em PDF pela Unidade Gestora ao Tribunal, via sistema e-Contas no campo ANEXO DA LICITAÇÃO, nos futuros exercício a serem fiscalizados por este Tribunal;
- 10.7.5** - Observem o lançamento de informes dos Termos de Contratos e congêneres em PDF pela Unidade Gestora ao Tribunal, via sistema e-Contas no campo ANEXO DO CONTRATO, nos futuros exercício a serem fiscalizados por este Tribunal;
- 10.8-** **Determinar** à Secex - Secretaria Geral do Controle Externo que observe, por meio das próximas Comissões vindouras deste Tribunal, designadas às inspeções ordinárias in loco ou à análise via sistema e-Contas, se a Unidade Gestora em epígrafe está cumprindo as recomendações lançadas nos relatórios conclusivos da DICOP e da DICAD/AM;
- 10.9-** **Dar ciência** do decisor à **Sra. Waldívia Ferreira Alencar** e aos demais interessados, nos termos do art.161 da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;
- 10.10-** **Arquivar** os Processos nºs 2188/2011, 5055/2011 e 2286/2011 (apensos a este), uma vez que já se encontram julgados, e seus objetos inseridos e analisados no bojo da Prestação de Contas Anuais em exame;
- 10.11-** **Arquivar o** Processo nº 4657/2010 (apenso a este), uma vez que seu objeto está sendo tratado na Prestação de Contas Anuais em exame.
- 11- Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 26 de Junho de 2018.
- 13- Especificação do quorum:** Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente em sessão), Mário Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moares Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)
- 13.1- Declaração de Impedimento:** Conselheiros Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno)
- 14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente, em sessão
MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator
CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral